



ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA

ARTIGOS





ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA





A PERSPECTIVA DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO ATUAL NO BRASIL

Érica Luzia Figueiredo Camilo Tenório - (ecacamila@hotmail.com) - Mestranda em Ciências da Educação pela Universidad Columbia Del Paraguay, Pro-fessora da disciplina de Língua Portuguesa e Coordenadora na Elite Rede de Ensino Nova Iguaçu/RJ.

Fábio Schueler Baroni - (fsbaroni.matematica@gmail.com) - Mestrando em Ciências da Educação pela Universidad Columbia Del Paraguay, Pro-fessor da disciplina de Matemática no Ensino Médio na Rede Estadual de Ensino do Rio de Janeiro/RJ.

Irinéia Monteiro da Silva - (neia-avs@hotmail.com) - Mestranda em Ciências da Educação pela Universidad Columbia Del Paraguay, Di-retora Escolar na Rede Municipal de Ensino de Franco da Rocha/SP.

Jorge Henrique de Oliveira - (jorge.henrique25.anos@gmail.com) - Mestrando em Ciências da Educação pela Universidad Columbia Del Paraguay, Pro-fessor no Ensino Fundamental – Séries Iniciais na Rede Municipal de Ensino de No-va Iguaçu/RJ.

Pátyna Fernanda Nascimento Zanette - (patynazanette@gmail.com) - Mestranda em Ciências da Educação pela Universidad Columbia Del Paraguay, Pro-fessora da disciplina de Matemática na Rede Municipal de Ensino de Cachoeiro de Itapemirim/ES.

Ruy Barbosa Lima França - (ruy.franca@ifma.edu.br) - Mestrando em Ciências da Educação pela Universidad Columbia Del Paraguay, Pro-fessor EPTT no Instituto Federal do Maranhão (IFMA).



RESUMO – O artigo pretende realizar uma sucinta análise sobre as influências sociais e do ensino neoli-beral nas políticas educativas do Brasil, e também a forma sob a qual as Políticas Públicas Educativas estão sendo implementadas no contexto atual do país. Foi realizada uma abordagem qualitativa nas referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos. As políticas educacionais fazem parte do grupo de políticas públicas sociais do país, visando garantir os direitos de educação para a sociedade. No Brasil, a responsabilidade na condução das políticas públicas de educação é do Ministério da Educação (MEC), das secretarias estaduais e municipais de educação. Desse modo, nota-se que a atuação das políticas educacionais está relacionada com o desenvolvimento social. Tanto quanto um direito, a educação é definida, em nosso ordenamento jurídico, como dever: direito do cidadão – dever do Estado.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Políticas Sociais; Políticas Educativas.

RESUMEN – El artículo pretende realizar un breve análisis de las influencias sociales y de la enseñanza neoliberal en las políticas educacionales de Brasil, y también el modo con el cual las Políticas Públicas Educativas se están implementando en el contexto actual del país. Se realizó una investigación cualitativa en las referencias teóricas ya analizadas y publicadas por medios escritos y electrónicos. Las políticas educacionales forman parte del grupo de políticas públicas sociales del país, con tal de garantizar los derechos de educación a la sociedad. En Brasil, la responsabilidad en la conducción de las políticas públicas de educación le toca al Ministerio de la Educación (MEC), de las Secretarías Estatales y Municipales de Educación. De esta manera, se nota que la actuación de las políticas educacionales está relacionada al desarrollo social. Tanto como un derecho, la educación se define en nuestro ordenamiento jurídico como un deber: derecho del ciudadano - deber del Estado.

PALABRAS CLAVES: Educación; Políticas Sociales; Políticas Educativas.



1. INTRODUÇÃO

No dicionário online podemos encontrar diversos significados para a palavra política. 1. Ciência do governo dos povos. 2. [Política] Direção de um Estado e determinação das formas de sua organização. 3. [Política] Mecanismo de orientação administrativa de Estados. 4. [Política] Conjunto dos negócios de Estado, maneira de os conduzir.

5. [Figurado] Maneira hábil de agir; astúcia. 6. [Figurado] Modo cortês e civil de agir; cortesia, civilidade. 7. [Figurado] Boa capacidade para se relacionar com outras pessoas. 8. Prática de oferecer direcionamentos ou de exercer influência no modo como algo (partido, opinião pública, eleitores etc.).

Apesar dos diversos significados listados, na maioria das vezes o que se aplica a palavra "política" é a referência ao poder político. É preciso compreender que os termos "político" e "politizado" apresentam diferentes significados. Baseado nas definições apresentadas no dicionário online, quando utiliza-se o termo politizar, se refere a dar ou adquirir consciência dos deveres e direitos do cidadão. A política é uma referência constante em todas as dimensões do nosso cotidiano, na medida em que se desenvolve como vida em sociedade.

O termo Políticas Públicas pode ser utilizado para designar um conjunto de ações estatais para contentar as principais demandas da sociedade, ou seja, são as ações ou programas realizadas pelo governo, tanto na esfera

municipal, estadual ou federal visando garantir direitos e melhorias para a vida dos cidadãos. As políticas públicas podem ser realizadas nas diferentes áreas de atuação dos governos, como habitação, saúde, educação, saneamento, transporte, dentre outros.

As políticas educacionais fazem parte do grupo de políticas públicas sociais do país, visando garantir os direitos de educação para a sociedade. Entre outros objetivos das políticas educacionais, pode-se destacar: a garantia do acesso à escola; educação de qualidade; alfabetização de crianças, jovens e adultos; combater a evasão escolar; ampliar a digitalização do ensino. Nota-se que a atuação das políticas educacionais está relacionada com o desenvolvimento social. As políticas públicas de educação permitem que mais pessoas conquistem espaço no mercado de trabalho e tenham melhores condições de vida.

Baseado em uma pesquisa de referencial teórico e considerando que todas as políticas públicas devem ser idealizadas a partir da interação com a sociedade civil, por meio de processos de escuta e de participação da comunidade escolar, além de conselhos e de entidades do setor privado, o artigo pretende realizar uma sucinta análise sobre as influências sociais e do ensino neoliberal nas políticas educativas do Brasil, e também a forma sob a qual as Políticas Públicas Educativas estão sendo implementadas no contexto atual do país.



2. METODOLOGIA

Na construção deste artigo foi realizada uma abordagem qualitativa nas referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como SOUZA, 2005, site do IBGE, TROJAN, Rose Meri. Utilizou-se: livros, artigos, teses e dissertações disponíveis na rede mundial de computadores, por meio dos buscadores Google Acadêmico, Scielo.Org; Leis e Decretos disponíveis no Portal da Legislação da Presidência da República Brasileira. Como descritores foram usadas as palavras: "Política"; "Políticas Públicas"; "Políticas Públicas Educativas".

2.1. INFLUÊNCIAS DO ENSINO NEOLIBERAL NA POLÍTICA EDUCACIONAL

As políticas educacionais têm sua discussão inserida no debate do mundo pós-guerra. No término da segunda guerra e a ascensão do comunismo, o mundo ocidental, preocupou-se em responder as demandas sociais sem destruir o capitalismo, surge então, a figura do Estado de Bem - estar social que garante respostas as demandas sociais por saúde, educação, moradia, salários, dentre outros. Neste contexto, chegou-se a conclusão que o conhecimento seria o grande ativo do século, e o país que estivesse a frente destas discussões sairia fortalecido. Surgem então as instituições como: ONU, UNESCO, Banco Mundial, ou seja, organismos multilaterais de mútua ajuda que garantiriam o desenvolvimento evitando

conflitos beligerantes como a primeira e segunda guerras.

Sob a proteção do Estado de Bem - estar social a Europa expandiu a sua rede de ensino, universalizando a educação básica e técnica, o que facilitou o acesso ao ensino superior e investimento em pesquisa. Surge então, a visão universal de que Europa seria padrão a ser seguido, com exceção de Cuba, nenhum país latino-americano conseguiu universalizar o acesso à educação básica antes da década de 80, a universalização se deu na década de 90 num contexto de crise do Estado de Bem - estar social e crescimento das políticas assim consideradas neoliberais, o que levantou a questão do financiamento das ações educativas em proporção ao PIB OU PNB.

Vários estudos, ao longo do século XX, demonstraram que a riqueza das nações é proporcional ao conhecimento produzido e ao acesso de sua população. Com a expansão das empresas multinacionais rumo aos países em desenvolvimento, fugindo do Estado de Bem-estar social, que segundo elas, prejudicavam seus negócios com os tributos, estas empresas enfrentaram um entrave ao seu desenvolvimento, o qual foi a mão de obra qualificada. Uma vez que, os processos de produção ficaram cada vez mais complexos, tornou-se necessária a formação de uma mão de obra especializada, o que esbarrou no acesso à educação dos países em desenvolvimento e os forçou a assumir esta responsabilidade. O capitalismo transnacional permitiu a descentralização dos processos com vista a atender as demandas de produção e



consumo, todavia, estas demandas precisam ser atendidas em confluência com as políticas de desenvolvimento local.

Na década de 90 também, ao lado dos órgãos multilaterais, surge a OCDE que, propõe uma padronização dos instrumentos de avaliação da educação, rumo a uma espécie de homogeneização de um currículo mínimo comum a todos os Estados membros, garantindo assim, que a Educação não seja tão díspar. Mas, a questão levantada no século XXI é exatamente esta, o capitalismo transnacional levou a uma cultura de homogeneização que se choca com o regionalismo, e as especificidades locais de cada região do mundo, o que dificulta muito uma tentativa de avaliação equânime entre os Estados.

Configura-se, então, uma necessidade imperiosa, o estudo das políticas públicas no âmbito local, levantando-se as necessidades regionais e as condições econômicas de cada país, sem a qual não se pode alcançar uma métrica adequada e justa de controles e avaliação de qualidade.

A educação neoliberal, influenciada pelas crises do petróleo de 1972 e de 1979, traz a figura do Estado mínimo, com gastos reduzidos no campo social, o que vai refletir na educação. No ponto de vista de suas políticas, obedece às perspectivas criadas na década de 90, aproximadamente, com o objetivo de atender as tarefas relevantes do capital mundial. Algumas destas tarefas seriam: a de ampliar o mercado consumidor; gerar e formar mão de obra

qualificada especializada e com pensamento crítico reduzido. A priorização da educação do Banco Mundial para os países pobres ficou definida na década de 80 e início de 90 com o aumento do repasse para América Latina e Caribe de empréstimos do Banco Mundial. Estes empréstimos não são gratuitos, eles obrigam os governos a submeterem-se as assessorias do Banco Mundial. O Banco Mundial tornou-se a principal fonte de assessoria nas políticas educativas forçando a introdução de termos como eficiência e qualidade sobre as políticas educacionais dos países membros. Apesar de pouco compreender, a massa das populações menos favorecidas destes países acredita que, a grosso modo a educação transformará as suas vidas. Fica presente isso nos modelos de propagandas midiáticas vigentes nos países de terceiro mundo, em que a educação profissional técnica tem a imagem vendida como a solução dos problemas sociais todavia, esta educação não é uma educação abrangente, crítica, universalizante. É uma educação elementar e profissionalizante. Se por um lado torna-se prioridade para o Banco Mundial por outro o mesmo introduz nomenclaturas com noções corrompidas de gestão e administração.

No que tange a recursos, dois motivos principais sabotam a educação pública. Um deles é a diminuição de arrecadação de impostos por meio de isenções, incentivos e não aplicação de recursos, descumprimento de leis a fim de fazer superavit. Se por um lado existe uma preocupação ela não se configura uma preocupação real na prática, uma vez que, a crescente redução da política de gastos em



áreas sociais im-pacta diretamente aos pobres e os periféricos na oferta de serviços públicos de boa qualidade, o que precipita as ações do poder público em ações rasas, tais como o oferecimento do mínimo necessário ou o mínimo que é possível garantido por lei, as populações periféricas, criando um abismo entre os que podem pagar por serviços públicos de alto padrão, que agora terceirizados em mãos de particulares, cobrarão altos preços, que outros cidadãos não podem arcar com o custo. O padrão da escola pública vem decaindo nos anos de 1980 a 2000 por meio do questionamento do re-passe de gastos impostos ao os poderes públicos a fim de reduzir o tamanho do Es-tado. Assim, temos que a redução da influência do Estado e do seu tamanho, impac-ta diretamente a oferta de serviços públicos aos pobres.

2.2. A INFLUÊNCIA SOCIAL NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Diante da conjuntura social, política e econômica da sociedade brasileira, no que se refere a Educação, as influências sociais apresentam um viés profissional a favor de promover processos democráticos na educação por meio da reestruturação político/pedagógica, influenciadas e amparadas pelas questões sociais. Por meio da ascensão das políticas públicas; os impactos nas classes mais vulneráveis e as rela-ções sociais articulada a educação, o tema ganhou relevância para amenizar algu-mas problemáticas, dentre elas: a evasão escolar, baixos rendimentos dos alunos, dentre outros.

No cenário atual de uma sociedade sob os ditames capitalistas, há o surgi-mento de classes que necessitam de um apoio social e é por meio da Educação que os cidadãos exercerão a cidadania e assim fazer parte da função social. O ambiente escolar é o palco principal em que se destacam essas influências sociais e somente com a inserção dessas políticas participativas que as classes subalternas encontra-rão apoio social para seus conflitos, de tal forma que os indivíduos internalizem uma liberdade humana, visto que:

Educação e Serviço Social são áreas afins, cada qual com sua especificida-de, que se complementam na busca por objetivos comuns e projetos político-pedagógicos pautados sob a lógica da igualdade e da comunicação entre escola, família, comunidade e sociedade [SOUZA, 2005, p.39].

A educação por si torna-se parte constitutivo da vida social, uma vez que as influências sociais são parte dinâmica de sucesso para o conhecimento e atuação desse espaço. Comungando com as implicações aqui descritas, alicerçar essas polí-ticas de transformações no campo educacional, só serão bem sucedidas se não hou-ver por parte dos atuantes nesse cenário, movimentos de processos de lutas e inte-resse contraditórios. Portanto, a influência social, requer análise acerca do processo de constituição dos homens que produzem essas práticas.



2.3. AS PRINCIPAIS POLÍTICAS EDUCACIONAIS VIGENTES NO BRASIL

No Brasil, a responsabilidade na condução das políticas públicas de educação é do Ministério da Educação (MEC), das secretarias estaduais e municipais de educação. Além da Constituição Federal de 1988, tem-se como base a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que organiza e regulamenta a estrutura e o funcionamento do sistema educacional, reafirmando a garantia do direito de acesso à educação a qualquer brasileiro. Em seu artigo 3º, a LDB atesta que o ensino deverá considerar os princípios de "igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender (...); pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; respeito à liberdade e apreço à tolerância; valorização do profissional da educação escolar e garantia de padrão de qualidade". Consoante a Lei de Diretrizes e Base da Educação, destaca-se algumas das principais Políticas Públicas Educativas implementadas no Brasil.

2.4. FNDE – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

Esse programa é uma autarquia federal que juntamente com o MEC realiza políticas educacionais. A sede fica em Brasília, no Brasil. São vários programas que são destinados especialmente à educação. Todas as ações têm suas regulamentações e critérios próprios para participar que são definidos pelas

secretarias do Ministério da Educação. Os eixos de atuação variam desde formação continuada de profissionais de educação básica citando outros, Brasil alfabetizado; bolsa permanência dentre outros. O FNDE tem participação ativa em todos os programas que inclui educação.

Tendo em vista a temática do federalismo, o FNDE é uma tentativa de corrigir distorções entre os entes da federação quanto aos repasses de tributos e valores, e dos recursos em geral para a manutenção da educação. Tendo em vista que a constituição federal estipula percentuais definidos do volume de arrecadação de tributos e tendo em vista a característica do pacto federativo firmado no Brasil, a união com sua competência suplementar ou prerrogativa suplementar, tornou-se importante a criação de um instrumento que possa corrigir a disparidade tributária dentro do país. O pacto federativo firmado pela constituição de 88 transfere para municípios o custo maior da manutenção das primeiras séries iniciais, também definiu que aos estados cabe garantir o ensino médio e a união esta definido a tarefa suplementadora, o empecilho maior a esta estrutura é a capacidade tributária de algumas cidades, o que tornou necessário que a união suplemente a maior parte dos recursos e em algumas cidades seja a única fonte de custeio no setor de infraestrutura e manutenção.

O FNDE possui índices que diferenciam os valores repassados a estados e municípios garantindo que os recursos sejam priorizados



em regiões mais atrasadas ou de poder econômico reduzido, Todavia o FNDE na questão de gerenciamento e aplicação e fiscalização de recursos é débil no diálogo quando para gerenciamento e melhora da qualidade da educação pública.

A questão do custo aluno varia de região para região no Brasil o quê pode promover distorção de uma região para outra. O valor/aluno do FNDE e va-lor/aluno/qualidade centraliza o debate da manutenibilidade da educação em torno apenas de repasses.

2.5. FIES – FUNDO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL

O FIES tem o claro objetivo de aumentar o número de matrículas no ensino superior e sua manutenção, formando mão de obra qualificada e melhorando o padrão educacional superior do Brasil, visando impedir o apagão de mão de obra.

Programa do MEC que tem como função financiar cursos superiores não-gratuitos que se enquadram na Lei 10.260/2001. Todos os alunos matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva conduzidos pelo MEC podem participar do programa. O FIES funciona como um financiador em que o candidato pode solicitar em qualquer período do ano.

2.6. FUNDEB – FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Dentro da grande política macro do FNDE subdividem-se políticas menores como o fundo de manutenção e valorização do magistério, presente no FUNDEF e posteriormente reformulado FUNDEB, que visa corrigir a evasão de profissionais do setor da educação para outros setores por meio da valorização do salário e de políticas de incentivo ao crescimento e complementação da formação, aumentando assim a qualidade da formação docente.

É formado por um conjunto de 27 fundos que são 26 estaduais e 1 do Distrito Federal. Sendo que este fundo alimenta o mecanismo de redistribuição de verbas destinadas à Educação Básica. O recurso sai desse grande cofre que é aplicado na valorização do professor e também manter todas as etapas da Educação Básica funcionando. Incluindo: Creches, Pré-escola, Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA. A Educação Superior não é beneficiada por esse recurso. O Fundeb foi aprovado em Janeiro de 2007 e se estendeu até 2020, momento que precisou ser renovado para que os recursos continuassem. Hoje já aprovado, temos o Novo Fundeb em pleno funcionamento, para tender com verbas o Ensino Básico.



Nota-se, então que esses três fundos dada a competência suplementar da União visam corrigir as distorções locais, uma vez que a autonomia dentro do pacto federativo só pode ser dada por meio da independência tributária, como temos no Brasil regiões ricas cuja recurso recolhimento tributário da confere recursos suficientes para as ações sociais é necessário apoio as regiões pobres para que possam também garantir o mínimo necessário em padrão nacional.

2.7. O ENSINO REMOTO E A AUSÊNCIA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS QUE CORRIJAM SUAS DISTORÇÕES SOCIOECONÔMICAS

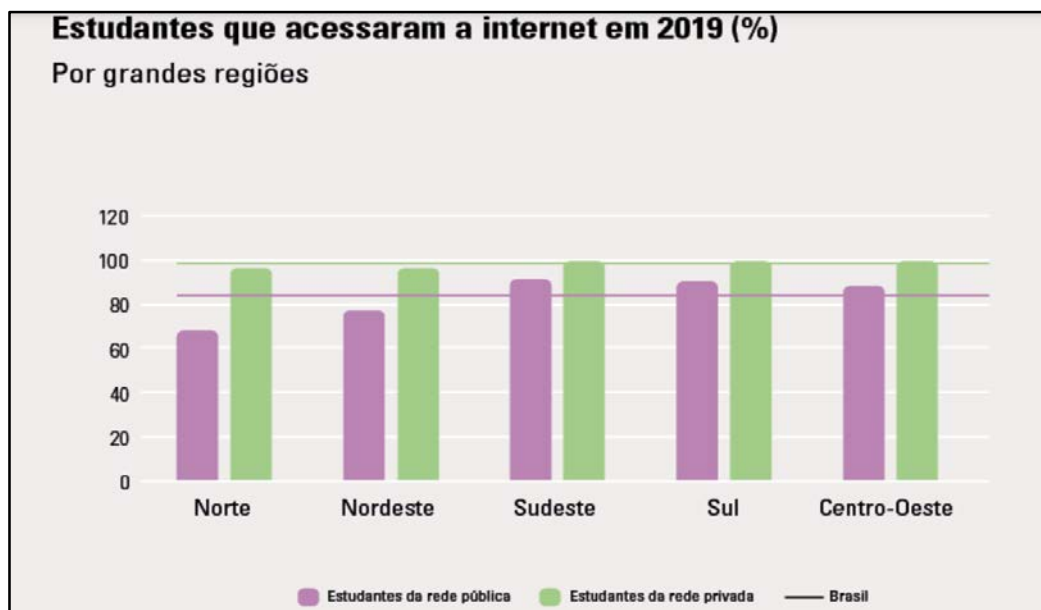
Com o advento da pandemia da Covid 19 e o afastamento social ficou evidente alguns problemas graves que já existiam no Brasil, dentre eles a falta de estrutura tecnológica nas escolas brasileiras, a desigualdade no acesso à internet nas residências do País e a falta de preparo dos docentes para lidar com as tecnologias disponíveis.

Como forma de tentar “salvar” o ano letivo de 2020, em 28 de abril de 2020, o Conselho Nacional de Educação (CNE) publicou o parecer “CNE/CP Nº: 5/2020” reorganizando o Calendário Escolar e possibilitando o cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual exigida pela LDB.

Segundo Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) Contínua, em 21 de julho de 2021, temos uma estimativa de 4,3 milhões de estudantes que não acessaram a internet no ano de 2019.

[...] O percentual de estudantes, de 10 anos ou mais, com acesso à internet cresceu de 86,6%, em 2018, para 88,1% em 2019, mas 4,3 milhões ainda não utilizavam o serviço, sendo a maioria alunos de escolas públicas (95,9%). Enquanto, 4,1 milhões de estudantes da rede pública de ensino não tinham acesso ao serviço, apenas 174 mil alunos do setor privado não tinham conexão à rede mundial de computadores.

Os dados da pesquisa foram divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nesta pesquisa aborda-se a problemática do acesso à internet nas residências como obstáculo importante nesta modalidade de ensino, já que o Art. 206, da Constituição, determina a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. No gráfico a seguir podemos analisar, no que se refere ao número de estudantes que acessaram a internet em 2019, as distorções entre a rede privada e a rede pública de ensino por regiões.



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30522-internet-chega-a-88-1-dos-estudantes-mas-4-1-milhoes-da-rede-publica-nao-tinham-acesso-em-2019>. Acesso em 22 de julho de 2021.

Tendo em vista que a inclusão digital é uma exigência da atual sociedade do conhecimento, é indispensável a adesão de tecnologias durante esse período de distanciamento das escolas. Entretanto, sem uma metodologia compreensível e limitações tecnológicas, o desempenho no processo ensino - aprendizagem pode ficar ainda mais comprometido. Deve-se analisar a inclusão digital como apropriação por parte do indivíduo das novas tecnologias digitais que fornecerão a ele subsídios para o exercício pleno de sua cidadania. Com a ausência de Políticas Públicas Educativas que adotam proposta de metodologia de ensino a distância, considerando as diferenças regionais e as diferenças socioeconômicas pré-existentes, o

número de estudantes sem acesso à internet continuará sendo um grande desafio para o aprendizado.

3. CONCLUSÃO

A educação tem uma especial responsabilidade na edificação de um mundo mais solidário, mais humano e ético, e cabe à gestão escolar pensar em como incorporar esse conceito que se faz cada vez mais essencial para uma sociedade justa e igualitária. Entretanto, essa consciência da gestão não ocorre de forma natural entre todos os grupos da comunidade escolar; ao contrário, é necessário que seja instigada, estimulada, vivenciada e apreendida por todos.



Dessa forma cada um poderá colaborar com o desenvolvimento da escola como um todo, pois se sentirão parte essencial e fundamental na escola. Essa forma de participação da comunidade reforça os interesses coletivos da ação pública e constitui-se em mecanismo político de superação da centralidade de poder instituído nas escolas.

Sendo assim, o mínimo necessário entendido pela política neoliberal nada mais é do que a formação de mão de obra qualificada para atender o capital transnacional e a formação de uma consciência sensível ao capitalismo e a demanda de consumo, pois se o indivíduo não tiver seu pensamento sensível com simpatia ou mesmo com grande interesse e admiração ao estilo de vida da sociedade global industrializada, a resistência se adequaria ao pensamento, criando bolsões que resistem ao pensamento dominante.

Dentre tantos fatores relevantes quanto as desigualdades de acesso à educação destacamos: a pandemia da COVID-19 que tornou mais evidente as discrepâncias entre as diferentes classes sociais, porque vimos alunos que possuem acesso ao ensino remoto com facilidade e ferramentas tecnológicas e também houve aquele aluno que ficou sem nenhum acesso ao ensino por ter condições financeiras e mecanismos para assistir às aulas. Vale ressaltar que a ideia é fortalecer o acesso ao amparo na Educação que contribuirá para uma prática bem sucedida das políticas educacionais. Somente por meio de mobilizações, discussões, organizações e luta diária que diminuirá esse grau de desigualdade na atual conjuntura e garantir probabilidades iguais a todos os elementos da população.

4. REFERÊNCIAS

- ATIVIDADE LEGISLATIVA. **SENADO FEDERAL**, 2021. Página inicial. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_18.02.2016/art_206_.asp>. Acesso em: 21 de jul. de 2021.
- BARROS, Alexandre. Internet chega a 88,1% dos estudantes, mas 4,1 milhões da rede pública não tinham acesso em 2019. **Agência IBGE Notícias**, 2021. Disponível em: <Internet chega a 88,1% dos estudantes, mas 4,1 milhões da rede pública não tinham acesso em 2019 | Agência de Notícias | IBGE>. Acesso em: 22 de jul. de 2021.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 14 de jul. de 2021.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 14 de jul. de 2021.

- DA CRUZ, Rosana Evangelista. **Federalismo e financiamento da educação: a po-lítica do FNDE em debate**. Governo Federal, p. 79, 2011.
- DE CASTRO, Marta Luz Sisson. **A educação na América Latina: Antigos dilemas em novo contexto**. Educação, v. 31, n. 2, 2008.
- DE DAKAR, Declaração. **Educação para todos**. Texto adotado pela Cúpula, 2000.
- DUTRA, Rodrigo. Como são aplicadas as Políticas Educacionais no Brasil? **Tutor Mundi**, 2021. Disponível em: <Como são aplicadas as Políticas Educacionais no Brasil? (tutormundi.com)>. Acesso em: 20 de jul.de 2021.
- FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **FNDE**, 2021. Página inicial – Acesso a informação. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php>>. Acesso em: 20 de jul. de 2021.
- MARTINS, Vivian; ALMEIDA, Joelma. Educação em Tempos de Pandemia no Brasil: Saberesfazerescolares em exposição nas redes. **Revista Docência e Cibercultura**, v. 4, n. 2, p. 215-224, 2020.
- NASCIMENTO, Paulo Meyer et al. Acesso domiciliar à internet e ensino remoto du-rante a pandemia. 2020. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10228>>. Acesso em 22 de jul. de 2021.
- [POLÍTICA]. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2021. Dispo-nível em: [<https://www.dicio.com.br/politica/>]. Acesso em: 16 de jul.de 2021.
- [POLÍTICO]. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2021. Dispo-nível em: [<https://www.dicio.com.br/politico/>]. Acesso em: 16 de jul.de 2021.
- [POLITIZADO]. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2021. Dis-ponível em: [<https://www.dicio.com.br/politizado/>]. Acesso em: 16 de jul.de 2021.
- PROGRAMA DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL. **FIES**, 2021. Página inicial. Dis-ponível em: <<http://portalfies.mec.gov.br/>>. Acesso em: 20 de jul.de 2021.
- SCHNEIDER, Glaucia; CARMO, Maria do. **Serviço Social na Educação: perspec-tivas e possibilidades**. Porto Alegre: CMC, p. 80, 2012.
- Sobre o Fundeb. O que é?. **Portal do FNDE**, 2021. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb>> Acesso em: 20 de jul. de 2021.
- TROJAN, Rose Meri. Estudo comparado sobre políticas educacionais na América Latina e a influência dos organismos multilaterais. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE**, v. 26, n. 1, 2010.



5. NOTA BIOGRÁFICA

Érica Luzia Figueiredo Camilo Tenório

Mestranda em Ciências da Educação pela Universidad Columbia Del Paraguay, Especialista em Gestão Escolar pela Faculdade de Educação São Luís, Especialista em Literatura Contemporânea pelo Centro Universitário Barão de Mauá, Graduada em Letras pela Associação Educacional Machado de Assis. Professora da disciplina de Língua Portuguesa e Coordenadora na Elite Rede de Ensino Nova Iguaçu/RJ.

Fábio Schueler Baroni

Mestrando em Ciências da Educação pela Universidad Columbia Del Paraguay, Graduado em Ciências – Habilitação: Matemática pela Fundação Nacional Unificada Campograndense, Professor da disciplina de Matemática no Ensino Médio na Rede Estadual de Ensino do Rio de Janeiro/RJ.

Irinéia Monteiro da Silva

Mestranda em Ciências da Educação pela Universidad Columbia Del Paraguay, Especialista em Gestão Escolar pela Faculdade Facedic Difusora de Cursos, Especialista em Docência no Ensino Superior pela Faculdade Facedic Difusora de Cursos, Graduada em Pedagogia pela Universidade Fundação Hermínio Ometto, Diretora Escolar na Rede Municipal de Ensino de Franco da Rocha/SP.

Jorge Henrique de Oliveira

Mestrando em Ciências da Educação pela Universidad Columbia Del Paraguay, Bacharel em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Especialista em Supervisão, Orientação e Gestão Escolar pela Faculdade Signorelli, Concluinte em Normal Ensino Médio pelo Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ), Professor no Ensino Fundamental – Séries Iniciais na Rede Municipal de Ensino de Nova Iguaçu/RJ.



Pátyna Fernanda Nascimento Zanette

Mestranda em Ciências da Educação pela Universidad Columbia Del Paraguay, Especialista em Docência do Ensino Superior pelo Centro Universitário São Camilo, Especialista em Matemática Educacional pela Faculdade de Tecnologia Cachoeiro de Itapemirim – FACI, Especialista em Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade de Tecnologia Cachoeiro de Itapemirim – FACI, Graduada em Ciências – Habilitação: Matemática pelo Centro Universitário São Camilo, Técnica em Tradução e Interpretação de LIBRAS pela Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Liceu Muniz Freire”. Professora da disciplina de Matemática na Rede Municipal de Ensino de Cachoeiro de Itapemirim/ES.

Ruy Barbosa Lima França

Mestrando em Ciências da Educação pela Universidad Columbia Del Paraguay, Mestre em Ciências da Educação pela Duguesne University- Pittsburgh- USA, Graduado em Letras pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Professor EPTT no Instituto Federal do Maranhão (IFMA).



ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA

